

# A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA EM GUINÉ-BISSAU: MARCOS NORMATIVOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**FERNANDO SIGA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

fernandosiga@ufgd.edu.br

**KELLCIA REZENDE SOUZA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

kellciasouza@ufgd.edu.br

## INTRODUÇÃO

A investigação intitulada “A garantia do direito à educação básica em Guiné-Bissau: marcos normativos, desafios e perspectivas” insere-se na linha de pesquisa “Políticas e Gestão de Processos Educacionais” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Adiciona-se que a investigação também integra as produções da Rede Internacional de Investigação em Políticas e Gestão da Educação “Pontes Lusófonas”, que reúne pesquisadores/as de países lusófonos.

O estudo busca analisar a produção científica sobre a proteção do direito à educação em Guiné-Bissau, país cuja estrutura educacional formal permanece em consolidação desde a independência, em 1973. O direito à educação, reconhecido como fundamental e consagrado em legislações nacionais e internacionais (Unesco, 2015), encontra respaldo na Constituição guineense (Guiné-Bissau, 1996), que assegura o acesso gratuito e progressivo a todos os níveis de ensino. Contudo, persistem lacunas entre a normatividade e a efetivação, que sinalizam a fragilidade dos canais de participação social, devido à baixa formação política e à limitada atuação da comunidade escolar na cobrança desse direito (Freire, 1996; Diallo, 2020).

Desse modo, a investigação se justifica pela escassa literatura da área sobre a educação nos países africanos, principalmente na África subsaariana, e também por representar uma continuidade do trabalho desenvolvido no mestrado, no qual foi realizada uma análise das políticas de educação básica formal na Guiné-Bissau, no tocante ao acesso, à permanência, aos desafios e às perspectivas, no período de 1995 a 2015. Nessa pesquisa, identificou-se uma relação entre a atuação dos atores políticos da sociedade



civil e a garantia do direito à educação no país. Nesse sentido, destacam-se como principais atores da sociedade civil a Confederação Nacional dos Estudantes e os Sindicatos dos Professores (Siga, 2020).

## METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva; nos procedimentos, fundamenta-se na análise de conteúdo de fontes bibliográficas.

Diante da escassez de produção científica sobre educação africana em bases locais, delimitou-se o levantamento bibliográfico a teses, dissertações e artigos científicos que abordam a educação em Guiné-Bissau, utilizando os descritores “direito à educação em Guiné-Bissau” e “políticas educacionais em Guiné-Bissau”. O recorte temporal estabelecido foi de 2015 a 2025, com consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e à base de dados SciELO.

Justifica-se a escolha desse decênio, pois foi em 2015 que se estabeleceu o primeiro Plano Estratégico de Cooperação Educacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que consiste em uma política de diretrizes que articulam pautas educacionais comuns entre os países lusófonos, como Guiné-Bissau.

## RESULTADOS

O levantamento das produções científicas nas bases de dados delimitadas permitiu identificar um universo inicial de 120 trabalhos; porém, apenas 7 atenderam aos critérios de inclusão. Entre eles, encontram-se 5 dissertações de mestrado, 1 tese de doutorado e 1 artigo científico, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Teses e Dissertações sobre a educação em Guiné-Bissau

Título	Autoria	Instituição	Ano	Tese/Dissertação
Educação básica formal na Guiné-Bissau, acesso, desafios e perspectivas: uma análise de políticas educacionais guineense de 1995 a 2015	Fernando Siga	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2020	Dissertação de mestrado



Movimentos estudantis em Guiné-Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as)	Bruno Gomes	Universidade Federal de Alfenas	2021	Dissertação de mestrado
Educação para os direitos humanos em Guiné-Bissau: proposta de fundamentos teóricos-críticos e estratégias de ação	Ansuman e Sambu	Universidade Federal de Pernambuco	2022	Tese de doutoramento
Políticas públicas educacionais para a efetivação do direito à educação obrigatória na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas (1990-2020)	Valeriano Dju	Universidade Federal do Paraná	2023	Dissertação de mestrado
Políticas públicas na Guiné-Bissau: arranjos e relações institucionais para provisão de políticas educacionais no ensino básico (2010-2023)	Jean da Silva Empala	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2023	Dissertação de mestrado
Políticas educacionais na Guiné-Bissau: um estudo sobre acesso e permanência na educação básica	Sene Carlos Indjai	Universidade Federal do Paraná	2023	Dissertação de mestrado
Da Guiné-Bissau ao Brasil: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação	Maria Rehder Rui da Silva Talismã Nice Fero Gomes Dias da Silva Monteiro	Educação e sociedade (sistema de informação científica rede de revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto)	2018	Artigo científico

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

As pesquisas selecionadas apontam, como achados, que a efetivação do direito à educação básica em Guiné-Bissau não se limita à mera existência de marcos normativos, mas requer políticas públicas consistentes e sustentáveis. A insuficiência de financiamento compromete a infraestrutura e a valorização do docente, reforçando a necessidade de recomposição orçamentária. A formação inicial e continuada de professores é apontada como condição para a qualidade pedagógica, em consonância com Freire (1996), que defende práticas educativas críticas e emancipadoras.



A evasão escolar evidencia a urgência de políticas de retenção que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes. Além disso, documentos estratégicos, como o Plano Setorial da Educação e a Lei de Bases do Sistema Educativo, necessitam de revisão e atualização para alinhar as diretrizes nacionais às demandas locais e internacionais.

Destacam, ainda, a importância da articulação entre o Estado, organismos internacionais e a sociedade civil, cuja ausência fragiliza a participação social e a legitimidade das políticas educacionais. Assim, a garantia do direito à educação básica em Guiné-Bissau depende de um conjunto integrado de ações que abrange o financiamento adequado, a valorização do corpo docente, políticas de inclusão e permanência, a revisão normativa e a governança participativa.

## CONCLUSÃO

O direito à educação em Guiné-Bissau constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação da cidadania e da democracia no país. A garantia de acesso universal à educação básica não se resume à dimensão normativa, mas exige a materialização de políticas públicas efetivas que assegurem condições concretas de aprendizagem e de participação social. Nesse sentido, a educação emerge como elemento estruturante da cidadania, pois possibilita o desenvolvimento de competências críticas e emancipatórias indispensáveis à vida democrática.

Assim sendo, as pesquisas analisadas apontaram que o fortalecimento institucional, por meio da abertura de espaços de escuta e de cogerência entre governo e sociedade civil, revela-se condição essencial para a efetividade do direito educacional. A ausência de canais estruturados de diálogo fragiliza a legitimidade das políticas e compromete a participação social, enquanto a construção de mecanismos de governança participativa pode ampliar a confiança entre comunidades e instituições públicas.

Adicionalmente, destacaram a relevância da educação em direitos humanos como instrumento pedagógico e político. Ao promover valores de igualdade, justiça e solidariedade, a educação em direitos humanos contribui para consolidar práticas democráticas, combater tradições culturais nocivas e fortalecer a cidadania ativa. Trata-se de um processo que não apenas amplia o acesso ao conhecimento, mas também fomenta a consciência crítica e a capacidade de intervenção social dos indivíduos.



As produções científicas também apontam as condições históricas, sociais, econômicas e políticas da Guiné-Bissau, que se caracterizam por desigualdades estruturais impostas por sua longa história de colonização e, nas últimas décadas do pós-independência, por governos autoritários, como obstáculos à materialidade de vários direitos sociais e, na educação, essas dificuldades são impeditivas à universalidade. Embora a legislação vigente estabeleça proteção normativa ao direito educacional, sua aplicação enfrenta entraves significativos, seja pela fragilidade institucional, seja pela intensa desigualdade socioeconômica, seja pela centralização do poder decisório nas políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

DIALLO, F. M. **Educação e cidadania na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas**. Bissau: INEP, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Bissau, 1996.

SIGA, F. **Educação Básica Formal na Guiné-Bissau: acesso, permanência, desafios e perspectivas — uma análise das políticas educacionais guineenses de 1995 a 2015**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do ODS 4**. Paris: UNESCO, 2015.

